

Orlandi, Eni Pulcinelli. Terra à vista, discurso de confronto: velho e novo inundo. São Paulo: Cortez, 1990, 260 págs.

Resenhado por: Sandra da Rocha Marmo de Oliveira

DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v1i1.1560>

A linguagem não é transparente; ela tem uma espessura e um modo de constituição que é histórico. Não é possível dissociá-la das práticas sociais das quais é parte, a saber, interesses sócio-econômicos e políticos, prioridades institucionais, estruturas de poder, ideologias - as condições de produção de uma fala ou de um texto determinam os múltiplos sentidos que circulam com eles.

Este, o principal argumento de Eni Orlandi, em seu livro *Terra à vista*, para fazer mostrar que as elaborações relativas à identidade do brasileiro, produzidas ao longo de nossa história, nos relatos dos descobridores, colonizadores e missionários, utilizados como fontes documentais, não passam de construções ideológicas. Apoiada na teoria da Análise do Discurso, faz-nos pensar, à luz de seus pressupostos, o processo responsável pela formação dessa brasilidade mítica.

"Terra à vista" - a primeira fala sobre o Brasil, inicia um discurso de apropriação pelo europeu que silencia a nossa origem e nos estabelece como sujeito cultural, negando-nos o estatuto de sujeito histórico e político. Seguindo esta linha de raciocínio, Eni Orlandi passa a propor a compreensão de como esses sentidos se originaram e se deram por evidentes e definidos, buscando conhecer o deslocamento que presidiu a sua produção.

A primeira vista, a obra contém ingredientes de uma análise da trama discursiva que se deu em um certo período da nossa história - séculos XVI, XVII e XVIII - cujas falas a autora considera responsáveis pela produção de sentidos que definiram a nação brasileira. Fica a impressão de que irá montar um quadro esclarecedor dos caminhos discursivos que levaram ao estabelecimento de uma modalidade particular da nossa história. Na verdade, segundo pontuação da própria Eni Orlandi, o livro passa por vários percursos, pendendo para a relação entre ser índio e ser brasileiro, e acaba por cair no aprofundamento deste aspecto, frustrando-nos a expectativa de chegarmos a um panorama do processo que presidiu a formação da nossa identidade.

A obra está estruturada em três partes, molduradas pela introdução e pela conclusão. O momento mais feliz se dá na primeira parte, quando a autora passa a tratar do objeto e do método, ora aprofundando sua proposta de "navegar no movimento" responsável pela definição da identidade nacional, ora se detendo em precisar o sentido do conceito análise do discurso e suas possibilidades de emprego. Mostra porque as pesquisas originadas do trabalho de Michel Pêcheux têm aplicação integral no estudo do seu objeto, sobretudo pela sua característica mais peculiar, que é a de permitir a compreensão da linguagem no que se refere à sua dimensão política.

Proporciona aos iniciantes em Análise do Discurso um panorama dessa disciplina, fazendo ver o seu lugar particular entre a lingüística e as ciências das for-

inações sociais, ressaltando a relação que a linguagem tem com o seu contexto histórico-social, de acordo com suas condições ideológicas de produção.

Ao situar as falas da descoberta e da colonização no interior da Análise do Discurso, para investigar esse jeito de ser brasileiro, que nem tem de índio e nem tem de português, Eni Orlandi coloca o silêncio discursivo como protagonista desse texto, à medida em que vai mostrando como ele é utilizado para dividir significativamente o que se conta e o que não se conta, produzindo a atual configuração da nossa brasilidade.

Passando à segunda e terceira parte do livro, destinadas a apresentar dados empíricos que fundamentam sua tese a respeito da existência de um discurso de apagamento de nossa história imposto pelo dominador, a autora inicia um trajeto lingüístico minucioso, pecando por abordar em excesso apenas uma dimensão do que constitui o conjunto discursivo responsável pela nossa brasilidade. Detendo-se na questão do índio, peca também pela falta, pois, na medida em que vai reservando para ele quase todos os lugares do seu discurso, vai deixando de abordar outros elementos também relevantes para a compreensão da formação do imaginário da nossa sociedade.

Os textos que utiliza para proceder a sua análise são escritos sobre pacificação, conversão, terras e línguas indígenas, que colocam o índio como objeto de observação mas que, paradoxalmente, contêm indícios de seu apagamento. Por exemplo, a freqüente necessidade de dizer que "índio é gente", não é mais do que a possibilidade de se dizer que "índio não é gente". Sua análise contém em detalhes aspectos lingüísticos indígenas que visam a mostrar o distanciamento histórico que se deu da língua do índio até chegarmos a uma língua portuguesa. Faz-nos ver que os missionários que estudaram e interpretaram a língua indígena fizeram-no com finalidades utilitárias; com o propósito de instalar o seu controle. Basta ver o que ocorreu com o tupi, que, disciplinarizado no sentido dos modelos ocidentais, para servir às catequeses, acabou excluído.

Nas suas investigações, Eni Orlandi não deixa de levar em conta aspectos institucionais que contribuem para o apagamento ideológico na produção dos discursos. A ciência, a política social e a religião, legitimadas pelo Estado, apresentam-se como três modos de abolir a identidade indígena, como cultura diferente e constitutiva da identidade nacional. A autora admite que o apagamento do índio existe como pressuposto na "consciência nacional". Qualquer discurso que se refira à identidade da cultura brasileira já traz inscrita a exclusão do índio como princípio. Eis porque o apagamento é do domínio da ideologia. Não está marcado em lugar nenhum. Funciona através dos silêncios que o atestam mas não o expõem como tal.

Tudo isto vem tratado em artigos independentes, apresentados, antes, em encontros científicos, nos quais a autora aprofunda temas como, a educação indígena, o discurso das lideranças, a relação entre a cultura e a língua indígena. São trabalhos reeditados na íntegra, sem qualquer esforço de adaptação para harmonizá-los à obra maior, configurando uma coletânea de conteúdo repetitivo, com o agravante de que, em alguns, Eni Orlandi se detém em aspectos lingüísticos indígenas desnecessários, e por isso maçantes, se levamos em conta o objetivo geral da obra.

Sua pretensão é esclarecer como os discursos do missionário e do colonizador produzem sentido, silenciando aspectos cruciais da nossa história; de que forma produzem e reproduzem uma visão da nossa origem e da nossa formação, conveniente a um grupo social hegemônico. Mas, ao introduzi-los, em parágrafos recheados de detalhes sobre as práticas indígenas, seus mitos, sua luta como minoria e a discriminação a que são submetidos, desloca-nos para o campo de interesse da antropologia, afastando-nos do tema original.

Mesmo que a autora diga que no discurso do índio está a fonte da reflexão sobre o Brasil, deixa-nos, depois de tantos artigos voltados para a questão indígena, a impressão de que perdemos o fio condutor que dá harmonia e unidade à obra. Ainda assim, seu lançamento não deixa de ser oportuno. Coincide com o momento em que se vê emergirem discussões sobre a concepção de brasileiro e sobre a necessidade de construção de uma nova consciência nacional. Significa importante contribuição para quem deseja problematizar o quadro discursivo que compõe a história que nos contam, e que é, em última análise, responsável por esse jeito de ser brasileiro, freqüentemente adotado como um modo de afastar-se de posições a assumir.

Podemos concluir que o mérito do livro *Terra à vista* está muito mais na abordagem teórica que oportuniza reflexões sobre a dimensão político-ideológica que está por trás da concepção de brasileiro, do que na análise e interpretação das investigações empíricas que compõem o corpo da obra.